

# **A peleja do tempo nas memórias do Caldeirão**

*Francisco Régis Lopes Ramos\**

## **Resumo**

O artigo estuda a variedade de memórias sobre o Caldeirão, destacando alguns depoimentos orais e a trajetória dos objetos que saíram da comunidade e hoje estão no Museu do Ceará. Ressalta que as construções da memória relacionam-se com as formas de dar sentido ao tempo.

**Palavras-chave:** memória, museu, objeto, oralidade.

“O tempo passa? Ai, quem me dera! O tempo fica dentro de mim, cantando fica ou me queimando, mas sou eu quem canto eu que me queimo, o tempo nada faz sem mim que lhe permito a minha vida. De mim depende, sou sua matéria, esterco e flor do chão da minha mente, o tempo é o meu pecado original”. (MELLO, 2001, p. 200)

## **Memórias da voz**

Seguindo as orientações do Pe. Cícero, o Beato José Lourenço e seus seguidores foram para o Caldeirão em 1926. Em pouco tempo, transformaram o terreno em um espaço cheio de plantações. Ergueu-se, então, uma comunidade de devotos do Pe. Cícero que dividia o tempo entre o trabalho e a oração. O resultado da labuta diária era armazenado e, depois, distribuído conforme as necessidades de cada família. Nas suas homilias, o Beato Lourenço ensinava que todos eram iguais - pois todos eram filhos de Deus - e que a caridade e a penitência construía o caminho para o céu. O Caldeirão era uma Irmandade de Penitentes.

No Caldeirão a terra dava frutos e os frutos eram divididos. O líder dizia: nada era de ninguém e tudo era de todos. E assim se fez uma irmandade de agricultores, pois eram filhos de Deus e eram filhos de Deus porque conheciam a mensagem igualitária da Bíblia. Na seca de 1932, muitos escaparam da fome com as reservas da comunidade e alguns dos que por lá passaram decidiram ficar. O Caldeirão crescia. Em 1934, com a morte do Padre Cícero, começaram a usar roupa preta, em memória do santo que dava o alívio para as dores da vida.

A polícia não gostou: lembrava Canudos. O governo do estado, a Igreja Católica e os latifundiários também não gostaram, pelo mesmo motivo. A solução foi simples e corriqueira: em setembro de 1936, um destacamento militar invadiu e destruiu o Caldeirão.

Diante das baionetas, todos os habitantes foram expulsos do chão de onde tiravam o sustento de cada dia. Mais uma vez, o beato foi perseguido pela polícia. Passou mais de um ano procurando refúgio pelas matas da Serra do Araripe. O momento de maior apherreio foi em março de 1937, quando o Cap. Bezerra e mais três militares morrem em luta com o grupo de ex-habitantes do Caldeirão que estava liderado pelo Beato Severino Tavares, também morto no embate.

Logo depois do conflito, uma tropa de militares vasculhou os arredores do lugar, a fim de prender e torturar os que andavam com roupa preta. Até hoje, não se sabe a quantidade de mortos.

No início de 1938, o Beato Lourenço solicitou do governo permissão para retornar ao terreno. Em resposta, o Ten. Góes declarou na imprensa que ele poderia voltar. Só havia uma condição: o beato deveria retornar “somente com dois ou três afeiçoados”. Mesmo sabendo que não era prudente confiar na polícia, o beato reuniu alguns seguidores, que estavam espalhados na Serra do Araripe, e tentou reconstruir a comunidade. Em pouco tempo, isto é, em 1939, aconteceu o que já era previsível: foi novamente obrigado a sair. Sempre no intuito de evitar conflitos, conseguiu comprar um pedaço de chão em Exu, onde recompôs uma pequena comunidade, também calcada no trabalho e na oração. Cercado de sua nova irmandade e das visitas de homens e mulheres que haviam construído o Caldeirão, José Lourenço morreu em 1946.

Entre 1989 e 2002, entrevistei, em Juazeiro, alguns sobreviventes do Caldeirão. No desenrolar da pesquisa publiquei, em 1991, um livro enfocando alguns trechos desses depoimentos, intitulado “Caldeirão: um estudo histórico sobre o Beato José Lourenço e suas comunidades”. O intuito foi dar alguma contribuição para alimentar discussões em torno do assunto, dialogando com investigações pioneiras de pesquisadores como Rui Facó, Abelardo Montenegro e Maria Isaura Pereira de Queirós, entre outros.

Nas memórias do Sr. Eleutério Tavares, do Sr. João Silva, de D. Maria de Maio, de D. Maria Lourença e de D. Marina Gurgel há, em certos momentos, uma oscilação entre o viver na comunidade e a invasão policial em setembro de 1936. Lembranças sobre a

abundância de alimentos contrastam com a fome ou a escassez depois da expulsão. A paz e a fraternidade entre os seguidores do Beato Lourenço entram no fluxo discursivo em contraponto ao desassossego do viver sob ameaça da perseguição. A dignidade de estar conforme os preceitos do “bom cristão” – em harmonia com os ensinamentos do Pe. Cícero – choca-se com a humilhação de ser taxado de fanático. A certeza de ter vivido “no caminho correto” entra em contradição com as acusações que colocaram essa experiência comunitária como uma manifestação criminosa ou quase teratológica.

Nas lembranças de D. Maria Lourença, a comunidade emerge como um espaço de preparação da alma para a conquista do infinito gozo celestial, através de orações e penitências. Era um tempo de bonança: “Eu vivia tão feliz que eu nem lembrava que existia mundo lá fora” (Maria Lourença, 1990). O mundo lá fora era o mundo do pecado, das ambições, das vaidades e dos que desejavam a grandeza: “Ele (o Beato) falava das pessoa que quer ser grande. Quer ser grande, mas pra Deus não valia nada. Que o pé-de-pau quanto mais alto, mais a queda era grande” (Maria Lourença, 1990). Os que não seguiam os princípios de José Lourenço recebiam uma solicitação para deixar a comunidade: “O Beato quando via uma pessoa assim, sem ser muito direito, dizia que o Caldeirão não era lugar para gente assim” (Sr. João Silva).

Nessas lembranças, o Caldeirão configura-se como um “paraíso perdido”, ou talvez como um “purgatório perdido”, já que na religiosidade dos devotos do Pe. Cícero – como em várias outras experiências do cristianismo – o mundo deve ser uma passagem para o Céu, através de uma preparação penitencial, uma purgação da alma. Fica claro que, nas reminiscências, todos viviam como era para viver. Tudo indica que subjacente a isso reside a seguinte idéia: não mereciam a perseguição.

Nessa “lógica do merecimento”, o trágico fim do Caldeirão fica quase incompreensível ou quase inaceitável: “Eu num sei o que foi, de fazerem essa perseguição. Por que a gente num tava matando. Num tava roubando. Num tava desonrando. Num tava

fazendo mal. Tava trabalhado e rezando. Aí, por isso fomos perseguido e sentenciado de morte” (Marina Gurgel, 1989). Como explicar? Como conviver com a lembrança de tão profunda injustiça? Às vezes, parece que só Deus pode dar uma resposta satisfatória: “Ninguém sabe. Quem sabe é Deus, né? Que o que eu tenho de dizer é isso. Tava lá cantando, rezando, tão feliz! (...) Sem ninguém precisar de ocupar, pedir. Porque tudo tinha. Nada faltava, tudo era comum. O que era de um era de todos, e tudo... E aí quando dava-se fé uma perseguição!” (Marina Gurgel, 1989).

Com efeito, vale ressaltar: a memória é uma operação de sujeitos historicamente situados, que se realiza na medida em que acontece uma (re)composição do passado sob direta influência de experiências do presente. Circunscrito em um determinado horizonte de possibilidades, que se (re)faz nas vivências cotidianas, o imaginário de quem está relembando cria – ou pelo menos tenta criar – um sentido coerente para o tempo pretérito. Nos fios urdidos do fluxo narrativo, o que passou faz sentido mediante uma certa sintonia com os preceitos de quem aciona os trabalhos da memória. Como resalta Thomson, há uma “necessidade de compor um passado com o qual possamos conviver” (THOMSON, 1997, p. 57).

Para os remanescentes da comunidade, a construção do passado aceitável guarda íntima relação com a temporalidade religiosa. Em todos os depoimentos, há o seguinte comentário: “Mas, meu Padrinho Cícero já dizia: o Caldeirão só dura 10 anos”. Assim, o que aconteceu faz parte dos mistérios de Deus. No final das contas, não há culpados, nem injustiçados. A destruição aparece como mais um episódio do destino, um fato que aconteceu “porque tinha que acontecer”. Nessa perspectiva, saber se o Pe. Cícero fez ou não a previsão configura-se como uma pergunta estéril. O fundamental é compreender que a palavra do padrinho Cícero ganha, na composição das lembranças, um poder mí(s)tico de primordial importância.

A “biografia popular” do Pe. Cícero, constituída de elementos do sobrenatural, não termina com sua morte em 1934. Essa data apenas marca uma nova fase na vida do taumaturgo que,

temporariamente, deixa de morar em Juazeiro. Sua nova residência localiza-se no Paraíso Eterno, mas, com certa frequência, vem cumprir uma missão no mundo dos mortais, fazendo milagres ou dando previsões.

No testamento do Pe. Cícero, feito em 1923, o Caldeirão é doado para a Ordem dos Salesianos. O Beato e seus seguidores foram para o Caldeirão em 1926. Na ocasião, portanto, o testamento já estava feito, e não foi modificado. Em 1934, quando o Pe. Cícero morreu, o Beato ficou sem a posse legal das terras. Tudo indica que o Pe. Cícero tinha total confiança no espírito de caridade cristã dos salesianos. Mas essa previsão estava equivocada: em 1936, os padres salesianos começaram a reprimir o “fanatismo” do devoto que fazia romaria para Juazeiro e deram amplo incentivo para a operação militar que expulsou os camponeses do Caldeirão.

Mas, na memória dos devotos, a doação das terras e de muitos outros bens para os salesianos não compromete a bondade nem o poder do Pe. Cícero. Como veremos a seguir, todos os depoentes criticam de modo incisivo a participação dos padres na destruição do Caldeirão, contudo, a questão da doação do Caldeirão para os salesianos aparece como um fato que não atinge a imagem do Pe. Cícero. O Sr. Eleutério Tavares lembra que “O Caldeirão com a morte do Pe. Cícero era dos Salesianos, pelo testamento... aí eles resolveram tomar tudo”. Ao criticar essa doação para os Salesianos, recebi a seguinte resposta do Sr. Eleutério: “Olhe, tem coisa que você não entende e nem vai entender! O Pe. Cícero era um espírito de Luz. É preciso ter fé”.

Em Juazeiro, dois de novembro é mais que o dia dos finados. Nessa data, emerge uma temporalidade eivada de mistérios: é como se a vida ficasse em ritmo encantatório, arrebatando fronteiras entre o mundo e o além. As ruas da cidade ficam cobertas de peregrinos cheios de fé para operar toda sorte de rituais e assim reforçar os laços com as forças do sagrado. Foi em um dia de finados que, pela primeira vez, falei com o Sr. Eleutério Tavares. Estava no “Cemitério do Socorro”, observando as três imagens sagradas que se encontravam na capela mortuária do beato Lourenço, quando

perguntei-lhe sobre como era a vida no Caldeirão. A resposta foi rápida e conclusiva: “relembrar o passado é sofrer duas vezes, e essa é uma história muito comprida. Agora eu estou apressado... Você me dá licença...”. Quase todos os dias, no final da tarde, o Sr. Eleutério ia abrir a porta da capela do beato. Rezava e aproveitava a ocasião para assistir missa na igreja da necrópole, onde o Pe. Cícero fora enterrado. Cuidava da pequena capela com um zelo impecável: era o lugar do último repouso de seu líder, um verdadeiro e raro exemplo de vida totalmente dedicada às coisas de Deus. No dia seguinte, voltei ao cemitério. Repeti a indagação e lhe revelei que admirava muito o beato José Lourenço, garantindo que gostaria muito de ouvir as palavras de quem havia conhecido, de perto, o povo do Caldeirão. A resposta foi a mesma: “relembrar o passado é sofrer duas vezes...”. Contudo, para a minha surpresa, o Sr. Eleutério começou a falar:

Eu fui com o beato para o Caldeirão. Em agosto de 1926. Nesse tempo não tinha nada. Era só as mata fechada. Eu e o meu pai, Severino Tavares... Aquilo ficou a coisa mais bonita do mundo. Era tanta plantação! Ali ninguém passava fome. O beato dava as ordens e todo mundo trabalhava. Era muita terra, tudo plantada. Lá era tudo na ordem. Não tinha uma desordem. Tinha reza e penitência. Cada família recebia aquele tanto de comida. Em 36 a polícia foi lá e acabou com tudo... tudo... Ainda hoje eu não gosto nem de falar sobre isso...

Parece que, em alguns momentos, a “recusa da memória” torna-se intolerável. Há situações em que a dor do calar-se é maior que o sofrimento de operar as tramas da memória. Como ressalta Valensi, no seu estudo sobre as memórias da batalha de Alcacer Quibir, há momentos nos quais os que participaram de um evento traumatizante, como os sobreviventes do extermínio nazista, resolvem “exumar suas lembranças” (VALENSI, 1994, p. 27).

Tudo indica que a lembrança do Sr. Eleutério emergiu à medida que a revolta contra os policiais ficou mais forte que o trauma. Sua voz rouca e cansada passou a tecer um discurso em

forma de denúncia, não só contra o governo e as “autoridades”, mas também se opondo aos padres da época que deram incentivo e apoio para a invasão da comunidade. Aos poucos, certos aspectos da destruição foram compondo imagens que aumentavam a dor e a perplexidade.

Ao assumir, em meados da década de 20, a condição de devoto do Pe. Cícero, sob direta influência de seu pai, o Sr. Eleutério começou a perceber que acreditar nos poderes de Juazeiro era ficar no risco de ser chamado de “fanático” e até mesmo ser perseguido como um perigoso cangaceiro. Por outro lado, seu emudecimento – manifestado não somente no primeiro encontro – pode ser visto como uma reação de quem sentia-se dono de informações importantes e do direito de expô-las ou não. Havia uma tensão, de várias faces, entre o calar e o falar, (re)constituída sob a égide da repressão policial de 1937 e do medo de novas perseguições. Mas, em certos momentos, era preciso denunciar:

[...] acabaram com tudo. Criação de porco, só você vê. Criação de ovelha, de bode. Finalmente, tinha de tudo. Aquele armazém, feijão, milho e farinha, rapadura. De tudo, o senhor chegasse lá, tinha demais. E acabaram com tudo isso, viu? Sem haver indenização nenhuma! Mas pessoas meio assombrada ficaram morando no pé da serra da Conceição lá no engenho [...]. A polícia foi daqui novamente. Lá, bateram em gente, fez gente engolir rosário na ponta das baioneta. Você pense bem um caso desse: rosário, sem tomar nem um copo d’água nas pontas das baioneta. Só num fizeram matar, mesmo [...]. Eu morava aqui em Juazeiro. Já era casado. Mas eu, toda vida, pela atenção aquele pessoal, eu carregava farinha da Serra do Araripe e fornecia a eles lá. Tinha essa farinha que eu trazia e o piqui. E aquele pessoal, todo mundo gostava do pessoal do beato, dava lá feijão, arroz. Tavam plantando, como eu tô lhe dizendo, e a polícia foi lá e fez isso. Acabaram com tudo. A própria polícia. Aí foi quando a polícia foi novamente pela terceira vez. Meu pai nesse tempo não estava nem na primeira nem na segunda. Severino Tavares chegou aqui em Juazeiro. Passou 15 dias comigo aqui. Eu contei todo o passado a



ele. Ele disse: 'Eu quero entrar lá onde tá o pessoal!' Aí, eu aconselhei muito ele. Que num dava certo. Que sempre a polícia vivia perseguindo. De vez em quando... Ele disse: 'eu quero ir pra lá agora.' E meu pai foi um pouco positivo quando disse: 'se a polícia for lá nos perseguir novamente, seu pai não vive mais, mas também o perseguidor fica mais eu lá.' Quando eles foram lá pela terceira vez meu pai enfrentou eles. Você vê só as coisa como é. Lá não tinha uma arma de fogo. Foi somente de tora de pau. No momento lá morreram oito: quatro da polícia, inclusive o Cap. José Bezerra, e quatro do lado do meu pai, que estava com ele. E, aí a perseguição continuou.

O beato Severino Tavares morreu nesse conflito. Assim como outros homens e mulheres do Sertão, D. Marina Gurgel foi para a comunidade de José Lourenço em 1935 motivada pelos sermões do beato Severino Tavares, que andava pelas veredas da caatinga falando sobre a vida cristã dos que moravam no Caldeirão e pregando os ensinamentos do Pe. Cícero em torno da necessidade de reza e penitência, pois o fim do mundo estava próximo. O beato Severino foi preso várias vezes: era acusado de ser louco e criminoso. O Sr. Eleutério, em um dos seus depoimentos, revelou que, mesmo com o passar dos anos, a lembrança do seu pai morto invadia sua mente quase todos os dias. Lembrava que encontrara Severino na Serra do Araripe, decapitado pelas "volantes". Não conseguia esquecer que recebera do destino a difícil tarefa de abrir a cova do próprio pai, com a inevitável dor da perda, a indignação contra a polícia e o medo de, a qualquer momento, ser novamente preso e torturado. Não seguiu o piedoso costume de se colocar uma cruz sobre a sepultura. Temia que aquele sagrado repouso fosse violado pela polícia.

Em certa medida, essa tonalidade de denúncia está presente, também, nas lembranças de outros sertanejos que viveram no Caldeirão. O Sr. João Silva, por exemplo, sempre dizia: "Eu só falo o que eu sei. Mas ninguém fala mal do beato perto de mim, porque eu sei que ele só fazia o bem. Era um homem de moral e que botava

moral". Nos seus vários depoimentos, costumava repetir: "Eu digo tudo mesmo... Eu conto o que eu vi e o que eu não vi o meu pai viu".

Contudo, a relação do Sr. João Silva com suas reminiscências é bem menos traumática. Suas imagens sobre o lamentável fim do Caldeirão foram configuradas com base nos depoimentos de seu pai, que havia presenciado a truculência das operações policiais em setembro de 1936. Portanto, o Sr. João Silva não sofreu, de modo direto, a violência da invasão nem as perseguições na Serra do Araripe em 1937. Quando, em 1989, fui à sua casa pela primeira vez e lhe falei que estava fazendo uma pesquisa sobre o Caldeirão, logo mostrou ampla disponibilidade para contar histórias: "é só perguntar que eu respondo. Se eu souber... Você vai perguntando aí eu vou me lembrando. Aí fica mais fácil. Né? Porque é muita coisa". Sua indignação assume características próprias. Nos nossos vários encontros, entre 1989 e 1992, sempre estava disposto para falar. O aforismo "relembrar o passado é sofrer duas vezes" não pode ser visto como um ponto fulcral em suas lembranças.

D. Maria de Maio, esposa do Sr. João Silva, tinha dez anos quando o Caldeirão foi invadido. Em suas memórias, há momentos nos quais ergue-se um discurso em tom de denúncia que procura explicar a invasão como um efeito da inveja:

Aí, tudo isso foi por causa da inveja. Ficaram com raiva porque ia fazer essa capela lá. O bispo do Crato, ele já morreu, partiu dele, porque ele tinha raiva, porque a gente já sabe que o bispo do Crato toda vida era de encontro ao meu padrim Cícero. Que até suspenso de ordem pra num celebrar missa, pra num batizar... O meu padrim foi suspenso pelo bispo do Crato. Esse terreno (Caldeirão) era do meu padrim Cícero, que mandou fazer a capela lá. Aí o bispo tinha raiva, né? Agora, que era pra fazer a capela, pra eles mesmo (os padres) celebrar a missa lá. Mas, de certo eles queriam que fosse deles mesmo, né?

Nessas palavras, é possível vislumbrar uma topografia que identifica o lugar do bem (o santo Pe. Cícero) e o lugar do mal (o

bispo invejoso). Em outros depoimentos, também aparece essa divisão, de forte apelo mitológico. Conforme o Sr. Eleutério, “São esses padres os únicos perseguidores mesmo, no duro”. O Sr. João Silva confessa: “Se os padres concordassem com eles [do Caldeirão]... Você sabe, da união nasce a força e da ambição... Não dá, né? Lá sabe o que foi? Os padre Salesiano. Todo fuchico nasceu do bispo do Crato. Eu tenho essa mágoa de padre”. D. Marina assegura que “[...] tudo foi feito por inveja, por calúnia, histórias mal contadas. E não foi só de gatinha baixa, foi mesmo dos maiores. Até mesmo a Igreja perseguiu.”

Por outro lado, em todos os depoimentos, a religião católica permanece imaculada. Os padres e o bispo que promoveram a perseguição são inseridos no campo da anormalidade. A igreja é pura, mas sempre apareceu e sempre aparecerá o falso cristão infiltrado no meio católico. Desse modo, a experiência religiosa dos depoentes conserva-se digna e coerente. Afinal, todos se consideram “católicos praticantes”, em sintonia com “os ensinamentos que o padrinho Cícero deixou”. A denúncia não extrapola certos limites para que as operações da memória deixem as avaliações sobre o passado em certa consonância com a vivência do presente. Se algum dos remanescentes tivesse mudado de religião, ou tivesse, de alguma forma, passado por experiências questionadoras em face do catolicismo, a forma da denúncia certamente seria outra. Outros ângulos de onde partem os discursos da reminiscência dariam outras tonalidades para a reconstituição do passado.

Em uma racionalidade formal, a mencionada profecia do Pe. Cícero “o Caldeirão só dura dez anos” não daria margem para a revolta ou a denúncia. A truculência policial seria um fato dentro da normalidade, um momento do destino. Nesse approache sagrado, a destruição já estaria explicada. Entretanto, a memória está permeada de urdiduras que não se limitam a uma razão abstrata. Para os remanescentes, acreditar no destino e nas profecias do Pe. Cícero não elimina a denúncia. Desse modo, a destruição insere-se na normalidade e, ao mesmo tempo, revela-se como algo extraordinário e inaceitável. Por isto, a memória não pode ser vista

como um esquema. O ordenamento dos acontecimentos não obedece a padrões esquemáticos. Como a própria experiência do viver, os trabalhos da memória não estão subordinados aos mecanismos da abstração formal.

Os depoimentos de remanescentes do Caldeirão, aqui enfocados, constituem-se, portanto, em múltiplas dimensões. Em certos momentos, há uma trama de imagens que procura dar uma certa coerência para o desenrolar dos acontecimentos. A destruição, por exemplo, não é vislumbrada como um fato caótico, pois o Pe. Cícero já havia dito: “o Caldeirão só dura dez anos”. Em outras situações, as operações da memória desenvolvem-se sob o impulso da denúncia, fazendo emergir a incoerência, o injustificado e o inaceitável. Nesses impulsos, ressoa uma voz que, ao romper o silêncio imposto, identifica os agentes da maldade, criando uma topografia na qual os lugares do bem e do mal ficam visíveis. Por outro lado, há circunstâncias nas quais os testemunhos desse passado tentam mostrar que, apesar de tudo e antes de tudo, o Beato Lourenço e seus seguidores conservaram a dignidade cristã:

O beato era católico, apostólico, romano. Agora foi coisa mal entendida. Ninguém num sabe o que é nem que num é. Quem sabe é Deus. Mas, o beato mesmo, quando passou as perseguição, às vezes se a gente quisesse falar: aquele soldado fazer uma coisa dessa... O beato dizia: Eles num sabe nem o que faz, isso fizeram e pronto, foi porque Deus consentiu e deixa passar.

Assim, a perseguição foi quase uma provação. Nas palavras de D. Marina, o beato aparece encarnado na imagem cristológica. Assim como Cristo, o beato também anunciou: “Eles não sabem o que fazem”.

Revelar dignidade é, também, rebater as acusações. É construir significados do passado nos quais há espaço para uma resposta, uma reação digna face ao agressor. Assim, essa “diplomacia cristã” pregada pelo beato Lourenço e seguida pelos membros da comunidade não se traduz, nas memórias, como simples aceitação

do outro. Essa passividade aceita negando, mostrando coerência e, de modo implícito, desqualificando as forças da repressão:

[...] os padres que já estavam certo que quando meu Padrinho Cícero falecesse, todos os terreno que era do Padre Cícero, que era da zona do Cariri, era para eles tomarem conta, aí aproveitara e começaram aquele fuxico. O bispo do Crato e outros padre aqui dos Salesiano. E, começaram aquele fuxico e até que aproveitaram essa oportunidade para fazer o ataque. Aí, pediram força de Fortaleza, aí vem o Capitão José Bezerra. [...]. O Capitão José Bezerra foi para lá, e acabaram tudo, acabaram tudo quanto ele tinha. Acabaram os cavalo de estribaria, correndo naquelas ladeira, os bicho morrendo queimado. Mataram muito mocó. Destruíram os pavão. Caçaram os papagaio, o pombal que tinha. E a criação, com licença da palavra, de porco e galinha, que tinha muito lá, lá tinha muito. Eu sou prova de que todo dia mesmo eles botavam uma saca de milho só para as galinhas, acabaram tudo, destruíram tudo. Aí, acontece que eu vim buscar meu pai, que estava desabrigado em Juazeiro. [...] Eu vim buscar meu pai aqui, quando eu cheguei lá, aí meu pai contou tudo. Todo dia ele contava um acontecido. Ele contou até que o Capitão José Bezerra ofereceu cinco burro para ele trazer carregado de mantimento do jeito que ele quisesse. Ele agradeceu, sabia que meu padrim (José Lourenço) tava pro mato passando fome. 'Aí, também eu não vou querer nada de você' – ele disse”.

As lembranças reatualizam o direito de tentar explicar o que foi mal entendido. As operações da memória abrem mais espaço para uma auto-afirmação ou uma auto-valorização diante das acusações que giravam em torno dos devotos do Pe. Cícero. Desse modo, aparecem situações pretéritas nas quais a voz abafada rompe amarras e mostra-se viva:

“Quando chegaram (os policiais) nessa casa, aí disse:

- Vou lhe dizer: houve denúncia lá de Fortaleza que essa casa era cheia da mantimento de bala, de revolver, de toda coisa.

- Pois ela tá cheia de algodão. Eu não abro porque eu não tenho a chave, mas essa aí tá cheia de algodão. Que o senhor

aqui no Caldeirão, a arma que o senhor vai encontrar é foice, enxada e facão, que é de trabalho. Então, espingarda só tem uma, que o Beato tem uma espingarda, que ele gosta muito de caçar veado, somente.

Aí eles me levaram. O outro povo já tava tudo preso, lá no Caldeirão. Aí eles levaram prá lá e eu fiquei lá no meio daquela multidão. E eles lá. A conversa era essa mesma, né? Matar, vamo fazer, vamo acontecer. E perguntando coisa que ninguém nunca via. E perguntou, disse que contaram lá em Fortaleza, fizeram lá a denúncia que a gente se ajoelhava num pé de cavalo e que a gente tomava a bênção a ele. Eu digo:

- Não senhor, isso aí é menos verdade de quem contou isso aí. Quem levou essa perseguição prá lá. Sim, ele tem uns cavalo de raça bem tratado, bem zelado, porque o que é dele, ele gostava de tudo direito. Mas não para ninguém adorar..”.

Através dessas duas cenas (sobre a “casa de algodão” e o cavalo supostamente sagrado), D. Marina constrói sua defesa para se contrapor a dois predicados que, por muito tempo, foram usados para qualificar os devotos do Pe. Cícero: fanáticos e cangaceiros. Como outros depoentes, D. Marina faz sua explicação em forma de narrativa. Contando histórias, D. Marina encontra sua forma de operar uma trama de autodefinição. De certa maneira, pode-se afirmar que o discurso dos entrevistados desenvolve-se dentro de um sentido exemplar. A história é contada na medida em que traduz um princípio ou um aforismo. Ou seja: a narrativa focaliza um certo acontecimento que ganha significado porque dá um exemplo de determinada idéia. Para dizer que os membros da comunidade não eram fanáticos nem cangaceiros, D. Marina não constrói um discurso explicativo e sim uma narrativa de sabor exemplar, procedimento recorrente na rememoração dos depoentes.

A vida não estava subordinada aos caprichos do invasor. Em face do desespero, a morte em rito sacrificial e redentor poderia ser o mais digno dos caminhos:

Eles davam voz de prisão. Fazia medo a gente. Mas, comigo mesmo eles não fizeram violência não... Vi quando uma moça se queimou, Maria. Maria Vieira era uma moça do Piauí, uma moçona bonita. Porque ela era como eu, num tinha pai nem mãe, num tinha ninguém. Eu tava assim em pé, quando ela chegou e disse assim:

- Marina, os soldados tão dizendo que toda moça que num tiver pai nem mãe aqui, eles vão carregar tudo pra Fortaleza, pra fazer o que quiserem! Marina o que é que a gente faz?

Eu digo:

- Maria nós vamo fazer o que Deus nos ensinar pra nós fazer.

Aí ela saiu. Eu vi quando ela saiu com a garrafa na mão. Eu nunca pensei que ele ia se queimar. Ela foi se queimar no pé do cruzeiro! Lá mesmo no pé do cruzeiro do cemitério, ela se ensopou de gás e tocou fogo com medo de ir simhora mais os soldado. Quando eu vi foi o fogão e o povo dizendo:

- Oh! Virgem Maria, tem uma pessoa se queimando.

Eu corri, quando eu cheguei lá, ela já tava toda queimada. Os soldado correram tudim, quando chegaram aí disseram:

- Olhe, essa moça se incendiou. Agora... Depois, com pouco mais vão dizer que foi nós que botemo gás e tocamos fogo na moça, mas vocês são testemunhas que foi ela com as mão dela.

Chegou um sargento e disse:

- Tá satisfeita?

- Tô sim senhor. Num tô no pé do Cruzeiro?

Aí ele respondeu:

- Tá.

- Pois pronto, tô satisfeita.

- Quer acabar de morrer?

- Quero.

- Você quer morrer de tiro ou de cacetada?

- Do que vocês quiserem me matar.

Mas eles num mataram não. Ela morreu mesmo da queimadura, porque queimou toda mesmo. Ela ainda tava falando, num sei porquê. Mas queimou! Tava queimada os óio tudo descendo sangue, toda sapecada, que a roupa pegou fogo. Tava só aquele horror! Ela dizia que tava satisfeita porque morria por Deus. Morria no pé da Cruz."

O diálogo de Maria Vieira com um sargento (note-se: não é um simples soldado) configura-se na lembrança de D. Marina como uma exposição de dignidade, de coragem e de autodeterminação diante de uma autoridade que apenas possuía poderes terrenos, portanto nada representava para a Divina Providência. Assim, Maria não se matou e sim se fez um instrumento ritualístico da vontade de Deus. Maria fez o que Deus ensinou. Maria morreu ao pé da Cruz. Maria morreu por todos. Maria mostrou que estava viva, em nome de todos.

A temporalidade do presente mostra-se como um espaço no qual a voz sobre o tempo pretérito encarna um sentido missionário. A relação dos remanescentes entrevistados com o pesquisador (ou o repórter), desde finais dos anos oitenta, estava deixando de representar um perigo. O outro já não era mais um carrasco e sim um curioso, pelo menos aparentemente pronto para escutar. Com isso, a voz vai se transformando em missão, em direito e dever de se apresentar diante do outro, expondo explicações que não eliminam o exercício da perplexidade, denunciando injustiças inaceitáveis sem perder a fé na proteção de Pe. Cícero e, antes de tudo, mostrando dignidade. Em uma alquimia enigmática e catártica, a palavra dirigida ao outro acaba, também, deparando-se com um espelho. Desse modo, há um investimento de imagens que reafirmam, para o próprio depoente, seu valor enquanto devoto do Pe. Cícero, contrapondo-se ao discurso dos detratores. Mais que exercícios de auto-afirmação individual, as operações da memória são urdiduras que, dentro de uma axiologia historicamente enraizada, procuram exorcizar a difamação dos que chamaram os devotos de fanáticos.

Certa vez, em um de seus depoimentos em 1990, D. Marina disse-me:

Hoje tá é bom... vem gente aqui querendo saber dessas coisa que passou. Um dia veio até um professor numa escola e aí eu fui lá falar sobre o Beato. Você vê como é as coisa: antigamente a gente foi perseguido e hoje é todo



mundo querendo que a gente fale. Mas eu num acho ruim não. É até bom... as pessoas estão mais esclarecida [...]

Parece que é em 1986, com a primeira exibição do documentário “Caldeirão da Santa Cruz do Deserto”, do cineasta Rosemberg Cariri, que há o maior reforço de um movimento para “resgatar a história do povo oprimido” e ao mesmo tempo denunciar o crime da invasão. Nessa película, há depoimentos dos comandantes da operação militar – Gal. Cordeiro Neto e Gal. Góes de Campos Barros – e os testemunhos de D. Marina, do Sr. João Silva, de D. Maria de Maio e do Sr. Henrique Ferreira, que na época era o zelador do túmulo do beato José Lourenço. Sem dúvida, esse “resgate” nutriu um certo sentimento de autovalorização no espírito desses sertanejos que viveram no Caldeirão. Além disso, a publicação de um livro, em 1991, reunindo parte dos depoimentos que eu havia colhido em 1989 e 1990 pode ter realimentado esse sentimento (RAMOS, 1991).

É plausível supor que o movimento de pesquisadores em torno dos remanescentes influenciou na configuração das lembranças. Por exemplo: parece que a idéia de igualdade entre os membros do Caldeirão é, em certo sentido, mais acentuada nos depoimentos para satisfazer os ouvidos do entrevistador. Não se pode excluir essa possibilidade: em certas ocasiões, o entrevistado fala em função do que é desejado ouvir pelo entrevistador – é dito o que é bem recebido. Além disso, a forma pela qual as perguntas são elaboradas sempre direcionam, com maior ou menor intensidade, a constituição das respostas. O depoimento que colhi dos remanescentes que participaram do documentário dão mais ênfase no aspecto igualitário do Caldeirão, bem como esboçam com mais nitidez uma crítica ao governo.

Por outro lado, fica uma certa incompreensão diante desses curiosos que o pensar acadêmico chama de pesquisadores:

O que é isso? Eu num sei... Você vem aqui e faz as perguntas e a gente começa a lembrar. Veio aqui um professor e me levou numa sala cheia de foto do Beato que eu nem conhecia. Chega jornalista e pergunta. É bom, é um povo educado. Às vezes eu penso que essa entrevista é um meio de vida... Eu num sei [...].

O Sr. João Silva disse que havia ficado satisfeito com o documentário, mas não concordava com tudo: "Gostei, gostei muito. Mas eu não entendi aquela história de dizer que a gente era comunista. Eu acho que a gente num era comunista não". Por outro lado, o Sr. Eleutério, certa ocasião, disse: "Tem coisa que nem adianta eu explicar. Não adianta. Eu entendo porque eu tenho a crença e a fé. O Padre Cícero era um espírito de luz!" Logo depois, explicou o seguinte: "Esses livro que escrevem, eu nem olho. Tudo é mentira... Agora, eu sei! A gente vê as histórias do Pe. Cícero nos livro. Eu que conheço e pego um livro. E vejo: tem umas parte até mais ou menos, mas logo vem uma mentira".

Essas observações do Sr. João Silva, de D. Marina e do Sr. Eleutério foram provocadas por perguntas que fiz sobre "as pessoas que fazem pesquisa". Procurava, depois dos primeiros encontros em 1989, alimentar uma situação dialógica. Parece que o diálogo é a melhor palavra que pode entrever as várias complexidades envolvidas no trabalho do historiador com as fontes orais. Diálogo no qual as posições de ser observado e ser observador, de falar e de escutar, confundem-se.

## **Memórias dos Objetos**

Uma bandeira, duas cruzes, uma espingarda, uma palmatória, uma foice, um machado, um turíbulo, três roupas de culto e uma cadeira com braços. O que une esse variado conjunto de objetos, além de serem atualmente acervo do Museu do Ceará, é o fato de terem pertencido ao beato José Lourenço. Mas não é só isso. O decorrer do tempo fez com que esses artefatos percorressem muitos destinos. Eram coisas que faziam parte do cotidiano do Caldeirão,

juntamente com muitos outros objetos, como enxadas, pratos, canecos, potes, redes de dormir, oratórios, rosários... Enfim, tinham valor de uso, funcionavam nas relações cotidianas, eivados de memória e esquecimento, mas em um determinado momento, formou-se uma coleção específica. O momento se deu no dia 15 de setembro de 1936, quando a polícia invadiu o Caldeirão, expulsando de lá os camponeses. Foi aí que se teve a idéia de trazer, para Fortaleza, algumas lembranças da cívica operação.

A bandeira não mais sentiu o balanço do vento, as cruzes perderam o som das ladainhas, a espingarda deixou de caçar os bichos do mato, a palmatória deixou de ameaçar, a foice e o machado perderam o corte, o turíbulo esfriou, as roupas e a cadeira perderam de vista o corpo do dono.

Foram fotografados e as fotografias foram parar no livro "Ordem dos Penitentes", publicado em 1937 pelo tenente José Góes de Campos Barros, que na época era delegado da Ordem Política e Social. É nesse relatório, mais precisamente na página 40, que se toma conhecimento da primeira mudança radical na biografia desses artefatos: "[...] os objetos, cujas fotografias ilustram estas páginas, se encontram na chefatura de polícia, à disposição dos que desejarem vêr".

Mas o que desejavam aqueles que foram ver? O que viam aqueles que foram à chefatura de polícia? O que foi visto através fotografias que "ilustram estas páginas"? As respostas são variadas e podem escapar do intuito do fotógrafo. Mas disso sabia até o tenente Góes, pois não foi à toa que ele colocou uma legenda debaixo de cada imagem, na tentativa, que certamente não teve poder absoluto, de direcionar o olhar, de enquadrar o enfoque em certos limites perceptivos.

"A substanciosa palmatória, que aí se vê, diz bem em que altura andava a exaltação mística dos irmãos". A intenção dessa legenda é mesma que se percebe nas outras: provar, com os objetos fotografados, a existência de um perigoso núcleo de fanatismo. Era uma prova material, para convencer os leitores ou os que foram à chefatura de polícia.

Em tudo há um certo tom de ironia, para reafirmar que se promovia no Caldeirão um perigoso desvio do catolicismo. Junto da fotografia enfocando a foice e o machado há, por exemplo, o seguinte: “[...] nesses dois instrumentos de trabalho apenas tocavam as mãos puras do preto milagroso”. Uma cadeira de madeira, com flores rusticamente esculpidas foi chamada de “CADEIRA PONTIFICIAL – possivelmente, nos dias grandes, aí se sentava o Pagé, para o beija mão”. Diante de vestes de culto, se lê o seguinte: “o guarda-roupa chegava a ser luxuoso”.

Procura-se evidenciar que, além de tudo, o beato enganava seu povo pois vivia rodeado de regalias. Como era de se esperar, as acusações descambaram para o sexo: “Sob esta batina, dizem, o sacerdote de Caldeirão desfez muitos casamentos; há quem diga que as divorciadas, quando aprazíveis, passavam a gozar da sua proteção especial”.

Na mesma página em que o tenente Góes afirma que esses “troféus” estavam expostos ao público, há a reprodução de um ofício do cap. Cordeiro Neto ao juiz de direito do Crato, documento que pode ser visto como indício do escândalo que se ergueu sobre outros objetos do Caldeirão, que tiveram outros destinos, talvez em “tenebrosas transações”, como diria Chico Buarque.

Diz o Cap. Manoel Cordeiro Neto, Chefe de Polícia deste Estado, abaixo assinado, que tendo em diligencia policial no sítio Caldeirão, deste termo, arrecadado os bens constantes três documentos anexos, inclusive a quantia de 7:075\$000 (sete contos e setenta e cinco mil réis), esta procedente da venda de objetos deterioráveis, [...] quer fazer o competente depósito judicial, para o que requer a V. Excia. Que se digne de nomear depositário para os ditos bens [...].

Na página seguinte, a reprodução de uma determinação oficial do cap. Cordeiro Neto esclarece o principal motivo que orientou o surgimento do relatório escrito pelo tenente Góes, que depois daria a matéria=prima para o livro “Ordem dos Penitentes”: justificar o ataque, porque na época já começavam a circular outras memórias...

A memória fixada no relatório era, portanto, uma maneira de monopolizar a narrativa sobre os acontecimentos, uma tentativa de evitar as estripulias de outras versões. A imprensa estava em sintonia com a polícia, e as outras versões não puderam emergir nos jornais, mas, mesmo assim, apareceu uma voz em certo sentido dissonante. Duas matérias no Jornal o Povo denunciaram o modo pelo qual os bens do Caldeirão estavam sendo vendidos depois do ataque militar.

O artigo publicado no dia 30 de setembro concorda, de modo explícito, com a ação do governo no sentido de colocar um ponto final naquela “vida estranha”. Além disso, elogia a presença de um destacamento militar no Caldeirão depois do ataque. A questão é que não bastava destruir, era preciso “manter a ordem” e, sobretudo, impedir a “ [...] reorganização do centro de fanatismo e retardamento social que as autoridades cearenses vislumbraram no pacato município”.

Depois, o artigo faz uma denúncia, não com o intuito de se contrapor ao governo, mas para ajudá-lo: “ [...] segundo informações que nos têm sido enviadas, o destacamento está pondo em leilão todos os pertences de José Lourenço”. Falava-se que “ [...] algodão, animais, utensílios domésticos, tudo, enfim, é vendido, sem a menor formalidade legal, ao mesmo tempo em que se destroem casas e se impõe a mudança de domicílio de seus habitantes”.

Não era culpa das autoridades e sim daqueles que estavam realizando o desvio. Por outro lado, os policiais, que lá estavam “para manter a ordem”, também entraram no rol dos acusados:

Por mais elogiável que parece ao gesto da polícia, na investida que levou a efeito, não lhe assiste, entretanto, o direito de dispor dos bens do beato e de seus sequazes, os quais são devidamente assegurados pelas leis do País. Acreditando, pois, que o governo é alheio a tais ocorrências, aqui deixamos registrada a nossa estranheza em torno das mesmas, na expectativa de que será emprestada ao caso uma orientação diversa, consetânea com os postulados do Direito e da Justiça (Jornal O Povo, 30/09/1936).

Com pouco tempo, mais precisamente do dia 11 de setembro, veio o segundo artigo, afirmando que as denúncias do primeiro “ficaram sem a menor explicação”.

[...] Que se combatesse o beato, sob o pretexto de que o mesmo era um chefe de fanáticos, admita-se. Vender-se, porém, aquilo que de direito lhe pertencia e aos seus romeiros, não parece justo nem razoável, mesmo porque o Estado é que terá de reparar depois o prejuízo resultante da mencionada transação. Agora mesmo segundo estamos seguramente informados, foram revendidos no Crato, pelo Sr. José Alves, proprietário de um cabaret, ao Sr. Pedro Jaguaribe, pedreiro e construtor na mesma cidade, as portas da capela do Caldeirão que alcançaram o preço de quatrocentos mil réis. Como essas, numerosas foram as vendas da mesma natureza e cujas transações iniciais devem ter sido feitas pela polícia. Cumpre, pois, ao governo apurar os fatos em todos os seus detalhes, a fim de que se localizem as responsabilidades em torno dessa estranhável irregularidade.

E a questão não parou por aí. Sobre isso vale a pena citar o depoimento do advogado Ademar Távora, que moveu, juntamente com Alencar Araripe, uma ação contra o Estado em 1944:

Sucedeu que José Lourenço, depois do arrasamento do Caldeirão por soldados da Polícia Militar deste Estado, armados de fuzis e metralhadores, ficou em tão precárias condições que não pode recorrer à Justiça para cobrar, desta unidade federada, os avultados prejuízos que sofrera. Só no dia 24 de fevereiro de 1944 ingressou em juízo com um pedido de indenização dos danos que lhe tinham sido causados. Embora o beato tivesse requerido a interrupção da prescrição de seu direito de agir contra o Estado, o Procurador deste, ao contestar a ação proposta, alegou, preliminarmente, que a mesma estava prescrita; e, no mérito, adiantou que havia sido legal a alienação de bens ‘deterioráveis’ por parte das autoridades. Deu o Juiz pela procedência da preliminar, morrendo assim a ação em que José Lourenço pretendia deixar provado que o assalto feito ao Caldeirão, pelas forças do Governo deste Estado, constituía um dos mais hediondos crimes de que há memória em nossa terra [...]

Nos depoimentos, que escutei entre os anos de 1988 e 2002, os sobreviventes lembravam que ninguém quis levar aquilo que era de todos e, portanto, não era de ninguém. Apenas transportaram objetos mais pessoais. E, como era de se esperar, o Tenente Góes, em seu relatório, ficou sem entender a reação daqueles camponeses:

O Capitão Cordeiro explicou, a todos, o que viera fazer. Era necessário que cada um voltasse ao seu lugar de origem, levando que lhe pertencia, porque o Estado não podia permitir aquele agrupamento perigoso. As famílias deveriam abandonar a região dentro de cinco dias e os solteiros dentro de três [...]. As passagens de trem ou de navio, oferecidas pelo Chefe de Polícia, foram, unanimemente, rejeitadas. E, fato singular, ninguém tinha bens a conduzir. Tudo que ali estava, diziam, era de todos, mas não tinha dono.

Enfim, os objetos amputados do Caldeirão percorreram destinos variados. Muitos foram vendidos em benefício daqueles que, mesmo com o escudo dos relatórios oficiais, não assinaram recibos. Dos que foram carregados, apenas alguns artefatos chegaram ao Museu Histórico do Ceará.

Ao ser fundado, em 1932, o Museu Histórico do Ceará recebeu uma impressionante variedade de doações, motivada por uma política oficial do Estado e o empenho de seu primeiro diretor, o juiz e historiador Eusébio de Souza. Como era de se esperar, muitas moedas e medalhas, ao lado de coisas que lembravam heróis da pátria e fatos patrióticos. Mas também havia objetos do cotidiano, que entravam na categoria de raridade, curiosidade ou folclore (HOLANDA, 2005).

Foi nesse movimento para juntar e exibir memórias que chegou ao museu um conjunto de objetos do Caldeirão. Por quê? Afinal, o Caldeirão fora destruído e, em setembro de 1936, a destruição era anunciada nos jornais de Fortaleza em tom de elogio para os destruidores, quer dizer, a polícia que recebera ordens do Estado do Ceará, com apoio da Igreja Católica e outros donos do poder instituído. No entendimento das autoridades, aquela organização

de camponeses inspirava cuidados, lembrava uma agitação comunista, parecia com Canudos e, desse modo, exigia medidas radicais. Se era um “núcleo subversivo”, poderia ocupar espaço lugar em um museu oficial? Merecia ser lembrado? Sim, mas de determinada maneira.

Tudo indica que a primeira referência que se tem sobre a localização desse acervo no Museu do Ceará está no “Guia do visitante” publicado em 1960. Entre outras, há uma foto assim identificada: “Cadeira que pertenceu ao beato Lourenço”. Mas não há meios para se saber o lugar específico onde estava exposta. Pode se imaginar que se encontrava na “Sala do Sertão”? Conforme o Guia, esse espaço era assim configurado:

Documenta a vida sertaneja, tão sugestiva e diferente, mas ignorada e, por isso, não devidamente interpretada pela maioria dos brasileiros. Na verdade, o sertão é um acúmulo de imagens e impressões às vezes brandas, às vezes violentas, mas sempre vigorosas, de que pode orgulhar-se o nosso País. Centro de interesse nesse ambiente forte é o vaqueiro, destemido e dedicado ao mister dos rebanhos. Uma literatura inteira já o objetiva, sem contudo expressar o seu verdadeiro aspecto – o de construtor de uma civilização típica – a civilização do boi ou, na linguagem de Capistrano de Abreu, a Era do Couro. Num dos mostruários da Sala encontra-se a roupa de vaqueiro, com seu gibão, seu guarda-peito, as perneiras, o chapéu e quantos outros complementos, inclusive a sela ou ginete e os seus arreios. Noutro, acham-se objetos de uso pessoal do Padre Cícero, o chamado “taumaturgo do Juazeiro”, figura singular até agora ainda não definida com a precisa exatidão, apesar de tantos estudos a seu respeito. A mística das populações nordestinas, cada vez mais acentuada em torno do Padre Cícero, continua a desafiar as exegeses sociológicas. Conjuntos de arte popular e de cerâmica utilitária oferecem ao visitante motivos de incitante curiosidade.

Pode-se concluir, sem dificuldade, que os objetos do Caldeirão não estavam na “Sala da Cidade”, na “Sala do Índio” ou na “Sala dos Gerais”. Mas, poderia ter sido colocada na “Sala Eusébio de Souza”?



De caráter quase exclusivamente histórico, nela poderemos admirar espécimes e artefatos que relembram muitos dos nossos grandes homens, desses que não deixaram no caminho da existência somente o rastro da passagem. Desses que, ao contrário, fizeram muito mais, escrevendo nos muros da História o nome de obras e atitudes imorredoiras. Capistrano de Abreu, Farias Brito, Clóvis Beviláqua, Senador Pompeu, Tristão Gonçalves, Rodolfo Teófilo, Leonardo Mota e muitos outros estão presentes nesta Sala, através de coisas que o recordam. A ação dos nossos 'pracinhas' da Itália também responde ao chamado de nossas evocações. E assim o supúcio judiciário do caudilho Pinto Madeira, como as fulgurâncias de inteligência e poesia da 'Padaria Espiritual', com seu lábaro. No centro, a jangada cearense, com toda a sua nomeclatura graciosa e estranha, qual símbolo de combatentes anônimos que enfrentam as fúrias do mar bravio, tal como enfrentaram as iras do potentados escravistas, trancando os portos do Ceará ao comércio nefando de ser humano vendido a preço de mercadoria qualquer. Outros muitos objetos integram esta Sala, que recebeu o nome do fundador do Museu.

O "Guia do Visitante" revela que o "Museu Histórico do Ceará" tinha, naquela época, um novo nome: "Museu Histórico e Antropológico do Ceará". Sem entrar na interessante questão dos acordos e querelas entre essas duas disciplinas na construção dos espaços museológicos e na própria institucionalização dos museus a partir do século XIX, porque esse não é o tema desse breve artigo, que vale a pena reproduzir a explicação geral que foi dada ao leitor para as transformações que estavam dando um novo rosto ao museu criado por Eusébio de Sousa:

O afastamento do Dr. Eusébio, por efeito de aposentadoria, determinou grandes prejuízos para a entidade. Faltou aos seus sucessores, na maioria dos casos, o interesse, o carinho que o ilustre historiador lhe dedicava. Até que, já muito desfalcado nas suas coleções, em virtude de negligência na necessária preservação, o Instituto do Ceará, por força de convênio firmado com o

Estado, em 10 de dezembro de 1951 [...], assumiu a responsabilidade da respectiva administração. Foi preciso, então, reorganizar de todo o Museu, não somente no que se referia à sua recuperação, como também no tocante às suas finalidades. Passou a ter objetivo estritamente regional, de modo a documentar coisas e fatos relacionados com o Nordeste, e, especialmente, o Ceará. O Instituto confiou aludida reorganização ao seu consócio Dr. Raimundo Girão, o qual pode e soube mudar completamente o aspecto expositivo e o sentido educacional do estabelecimento. Peça por peça, unidade por unidade, foi assunto de seus cuidados, assim com a aquisição de novos elementos, que indiscutivelmente muito o enriqueceram e ilustraram.

Mas, afinal, qual o lugar dos objetos do Caldeirão na nova fase do museu? Seriam objetos históricos ou antropológicos? Certamente, eram objetos marginais. Não tinham o peso de um objeto de um general ou de um grande intelectual, nem possuíam o “interesse científico” que a “Sala do Índio” despertava, já que era a época de grande atuação de Thomáz Pompeu Sobrinho, antropólogo de reconhecido prestígio nessa área, com estudos pioneiros e marcantes de arqueologia no Ceará. E, para Raimundo Girão, o intelectual responsável pelo novo ordenamento das coisas (e pela própria sobrevivência da instituição), as peças não faziam parte da história que merecia ser conhecida pelos cearenses. Em seu livro “Pequena História do Ceará”, cuja primeira edição é de 1953, não há uma só referência ao Caldeirão, mas existem muitos outros temas que entram em sintonia com a exposição, como a abolição dos escravos, as transformações urbanas de Fortaleza, os índios, a sedição do Juazeiro, personalidades militares...

Objetos à margem da história, objetos de interesse para estudos de folclore... É isso o que se pode imaginar, já que o “Guia do Visitante de 1960” apenas traz uma fotografia da cadeira, sem mencionar o lugar onde estava exposta ou a relação com o restante do acervo.

No catálogo de 1972, composto para comemorar os 150 anos da Independência, também não há menções específicas. Por outro

lado, é possível identificar o espaço onde as peças estavam exibidas: na “Sala Eusébio de Souza”, em companhia de peças que não formavam um só tema. O texto de 1972 é uma cópia do primeiro parágrafo que se encontra no “Guia de 1960”. As peças listadas são as seguintes:

- 1-Galeria de ex-Presidentes e Governadores do Ceará
- 2-Retratos dos ex-Presidentes da República, nascidos no Ceará:
  - A- Marechal Humberto de Alencar Castelo Branco
  - B- Ministro José Linhares
- 3-Fotografia história da Primeira Missa em Brasília
- 4-Retratos de cearenses ilustres:
  - A-Leonardo Mota
  - B-Senador José Martiniano de Alencar
- 5-Vitrine com objetos de uso pessoal do Padre Cícero Romão Batista
- 6-Vitrine com objetos de uso pessoal do Beato Lourenço
- 7-Vitrine com capacetes, granadas e mão e outros objetos usados pelos nossos soldados na Revolução de 1930 e na de 1932, em São Paulo.
- 8-Vitrine com objetos usados pelos cearenses que participaram da gloriosa Força Expedicionária Brasileira na Itália.
- 9-Mesa em que foi assinada a sentença de morte de Pinto Madeira.
- 10-Objetos diversos.

Mas como juntar, em uma mesma sala, Castelo Branco e Beato José Lourenço? Em princípio, pode-se dizer: ambos são históricos. Mas de maneira alguma é plausível afirmar que “são históricos” do mesmo jeito. No catálogo de 1976, que é uma versão ampliada do de 1972, é que se vê de modo mais nítido o sentido que o museu atribuía, naquele momento, aos artefatos do Caldeirão. O beato José Lourenço recebe uma pequena biografia, ao lado de outras, formando uma miscelânea sem temática definida. São personalidades de alguma forma lembradas na exposição, por meio de objetos, como fotografias, roupas, mobílias, pinturas e medalhas. Informa-se, logo no início da nota biográfica, que ele “ [...] reuniu

centenas de místicos agricultores, organizando uma espécie de comuna agrária, sob sua chefia". Em seguida, nota-se uma visão em certa medida positiva. Afirmava-se que, na terra ou no artesanato, "[...] todos trabalhavam para a comunidade [...], de modo que eram produzidos, ali, os próprios instrumentos de trabalho e também os panos e os vestuários". É no final da nota que a "metralhadora" funciona sem piedade:

Por constituir-se uma degradante colméia de homens fora da lei, o núcleo do Beato Lourenço foi dizimado pelas forças policiais do Estado, depois de frustradas todas as tentativas da conquista desses elementos ao seio da comunidade.

No catálogo de 1983, feito para comemorar os 50 anos do Museu, o texto é praticamente o mesmo, mas no final a coisa muda de figura:

Por considerar-se na época esse poderoso núcleo fora da lei, foi atacado e dizimado, em 1936, pelas forças policiais do Estado, depois de frustradas as tentativas de conquista de seus integrantes para o seio da comunidade legal.

O recurso da cópia é evidente, mas não é menos evidente que há uma transmutação de sentido. No primeiro caso, o verbo é constituir: Caldeirão foi destruído porque constituía " [...] uma degradante colméia de homens fora da lei". Sete anos depois, o texto ameniza o tom detrator e usa o verbo considerar. Aí a destruição ocorreu " [...] por considerar-se na época" que o Caldeirão era um "poderoso núcleo fora da lei". Fica, portanto, um sentido supostamente neutro, mas que admite que a comunidade não era em si mesma algo "fora da lei". Fica, também, a dúvida: o que era considerado pelo museu? Qual o sentido que a instituição pretendia dar diante desse "fato histórico"?

No catálogo de 1987, que é uma versão ampliada dos anteriores, abrandar-se, mais uma vez, a visão negativa. Argumentou-

se que o núcleo fora dizimado " [...] por ser, afinal, considerado pelos governantes e políticos mais radicais, uma perigosa colmeia de 'homens fora da lei'." Falou-se, então, que não eram todos os "governantes e políticos" e sim os "mais radicais". E não se falou mais que a invasão só teria acontecido " [...]" depois de frustradas as tentativas de conquista de seus integrantes para o seio da comunidade legal".

A biografia dos objetos nesses três catálogos (1972, 1983 e 1987) sofre um deslocamento de sentido, em proporções modestas, mas não desprezíveis, pois mesmo continuando na mesma sala, que mais parecia um antiquário, os objetos receberam outras qualidades, certamente motivadas pelas discussões sobre a renovação do ensino de história ou mesmo pela circunstância do país que procurava, e estava conseguindo sair da ditadura de 64.

Além de carregar pistas sobre os princípios que fundamentam a idéia de museu e sua relação com as maneiras de escrever a história, os catálogos são fontes históricas preciosas por vários motivos, entre os quais pelo fato de fazerem parte de um projeto educativo, trazendo, portanto, indícios sobre os intuítos das exposições, ou melhor, vestígios das políticas da memória que implementam, diante do acervo, junções e separações.

Nesse sentido, vale perguntar sobre o conjunto de interesses daquele presente vivido pelo museu nos anos 70. Naquela época, houve um significativo aumento no número de visitantes, saindo de 14.792 em 1971 para 22.986 em 1972, e isso não foi obra do acaso. O professor de história Osmírio Barreto, recém-empossado no cargo de diretor, estava fazendo uma intensa campanha para tornar o museu um lugar de visita escolar. Como mostra o relatório do "Conselho Estadual de Cultura", o seu empenho era muito bem visto. Na sessão do dia 28 de agosto de 1971, ele recebeu caloroso aplauso dos conselheiros ao defender que " [...] o museu, antes de ser um relicário, é uma escola" (NOBRE, 1979, p. 103). Obviamente, não era uma preocupação nova na trajetória específica do museu, mas soou como proposta patriótica de revitalização, diante das ondas

de abandono que constantemente abalavam aquela “casa de memória”.

A ação missionária de Osmírio, que teve boa repercussão na imprensa de Fortaleza, era uma iniciativa que expunha de modo mais aberto o sentido pedagógico que caracteriza qualquer instituição museológica, uma vez que a exposição nunca é um ato inocente, sempre defende certo encadeamento de concepções que tomam lugar nas disputas da memória, fazendo ataques e defesas, nem sempre explícitas ou confessáveis.

No desejo de “dar aulas de história”, Osmírio Barreto entendia a aula e a história em sintonia com o regime ditatorial de 64, que (como qualquer regime autoritário do séc. XX) defendia uma relação de nacionalismo com o passado, com a proposta de uma história exemplar, pronta para motivar nos patriotas o amor à pátria, reverenciando heróis que mostraram exemplos do passado para iluminar o presente e o futuro. Junto com a busca da verdade por meio de documentos confiáveis, vinha o romantismo do amor diante de bandeiras, medalhas e fardas, sem esquecer o valor de pequenos objetos, como a espátula de Clóvis Beviláqua ou um recipiente de vidro com a areia onde Pinto Madeira foi assassinado. Tudo isso em nome do Ceará e sobretudo do Brasil.

Ao mesmo tempo, essa engrenagem de sentido para o passado não conseguia se desvencilhar do gosto pelo pitoresco, a atração em face de coisas exóticas ou curiosas, como se o historiador assumisse a condição de um banco de dados que, apesar do peso decisivo do ideal nacionalista, não conseguia se livrar da fragmentação de verbetes.

Vale a pena fazer uma rápida comparação entre o museu administrado por Osmírio e o livro que Osmírio publicou em 1986, “Histórias da História”, contendo “curiosidades” sobre o Ceará, o Brasil e o mundo, em todos os tempos. Fala da Guerra do Paraguai, de uma Deusa Egípcia, sobre o enigma de Moisés, os “célebres homicidas da História”, ou ainda a cerca da “religiosidade de Lampião”. Tudo em pequenos textos que antes haviam saído em jornais. Pois bem, o museu não era muito diferente disso.

Mesmo restrito à chamada “História do Ceará”, mesmo depois das novas arrumações implementadas por Osmírio Barreto nos anos 70 (a partir dos parâmetros já estabelecidos por Raimundo Girão nos anos 50), não havia recortes temáticos definidos e sim uma sucessão de vitrines e expositores que estavam mais perto de uma seqüência de curiosidades do passado, provando que o passado realmente existiu, do que de uma organização cronológica ou temática. A sala onde estavam os objetos do Caldeirão é um exemplo claro desse tipo de visão enciclopédica que predominava, como fica evidente na lista há pouco citada.

É certo que havia uma intuição de criar recortes temáticos, como é o caso da sala da abolição, a sala das armas ou a sala do vaqueiro, mas mesmo assim predominava a relação fragmentada e romântica com o passado. No final das contas, misturavam-se postulados de uma história exemplar, quase hagiográfica, com orientações e fundamentos advindos do século XIX, que colocavam o progresso da civilização moderna como o princípio constituinte das distinções entre passado, presente e futuro.

Qualquer museu age em nome da memória. Mas a memória não é simplesmente aquilo que preenche o passado com fatos e sim uma trama sem fim, que sempre denuncia o esquecimento, dizendo que há uma falta, uma lacuna que somente o ato de lembrar pode preencher. Antes de tudo, a memória identifica a ausência com a promessa de preenchê-la, mas esse enchimento está vinculado a interesses de quem lembra. Ainda mais: ao encher o passado, pretende-se tampar possíveis buracos do futuro. Sem se pensar sobre isso, sobre essa astúcia da memória, o museu permanece como instituição que se (pro)move como lugar que “preserva a memória”, sem assumir sua condição básica, que é a de “construtor da memória”. É que a memória não faz somente a pintura ou o reboco, mas também a parede e o alicerce. Portanto, estão em jogo as escolhas para legitimar o passado e o grande problema é que, na maioria das vezes, cada opção não se vê como opção e sim como uma caixa de ressonância diretamente ligada ao passado, pronta para ouvir a voz

dos que já morreram e depositar flores nos túmulos dos que realmente merecem a glória da lembrança.

Ao se pensar sobre as potências de um museu, não é possível desprezar o poder que a memória tem quando procura fechar as fendas e as feridas do tempo. Afinal, essa é uma operação que, quando tenta fechar, abre um abismo. Abismo que se alarga na própria incapacidade da memória para chegar ao passado, no irrevogável impedimento de tocar o sangue ou a saliva dos mortos. Emerge um jogo sem vencedor e, pelo fato de não ser tocado, o passado se faz tocante.

Nessa interminável peleja da memória, com seu chamamento sedutor para a vida e para a morte, ao mesmo tempo, várias são as existências de um mesmo objeto. A força pela qual determinado artefato pode se impor aos nossos olhos abre margens para se pensar que não há uma essência evidente ou a ser procurada. Esse é o fundamento que se coloca quando o objeto assume a condição de documento histórico, matéria prima da interpretação histórica. Não é mais o objeto em si que interessa e sim o objeto em situação, perceber como o objeto ganha forma e densidade na medida em que está em determinada situação. Uma coisa é uma cruz, outra coisa é a cruz do Caldeirão, que já é diferente da cruz do Caldeirão que foi parar na delegacia. Também diferente é a cruz do Caldeirão que foi parar na delegacia e depois foi exposta no museu. No museu, as transmutações não cessaram e essa mesma cruz assumiu vários sentidos<sup>1</sup> (MENESES, 1998, p. 92).

E a memória continua. Atualmente, o Museu do Ceará vem passando por outras mudanças, no sentido de aprofundar as possibilidades de construção de uma “História Social da Memória”, a partir do acervo existente e de novas doações. Como atual diretor da instituição, venho motivando a realização de novas pesquisas e outras interpretações, na perspectiva de tratar o acervo como documentação histórica.

Acredito, portanto, que um museu histórico deve se esforçar para evidenciar, à medida do possível, os traços biográficos dos objetos, ressaltando vidas que se deram antes do estatuto de “objeto



museológico”. No caso do Caldeirão, a questão torna-se mais grave, pois pode insinuar as inconfessáveis ligações entre museus e delegacias...

Isso significa que nunca é possível ignorar a própria “biografia do objeto”. Afinal, como ressalta Le Goff, os fragmentos do passado chegam ao presente por meio de trajetórias que não podem ser desprezadas pelo historiador:

[...] o que sobrevive não é o conjunto daquilo que existiu no passado, mas uma escolha efetuada quer pelas forças que operam no desenvolvimento temporal do mundo e da humanidade, quer pelos que se dedicam à ciência do passado e do tempo que passa, os historiadores. (LE GOFF, 1992, p. 535).

Agora, quando se processa a reestruturação daquilo que se chamava de “exposição permanente” (as palavras, assim como os seres humanos, nunca são inocentes...), emergem novos capítulos na biografia dos objetos, em sintonia com os desafios e perspectivas do tempo presente. Nas legendas das peças e no modo pelo qual estão sendo arrumadas na exposição, há os parâmetros da história social do cotidiano, quer dizer, emergem indícios sobre o valor de uso dessas peças, destacando suas funcionalidades para o trabalho e a vida religiosa, dimensões básicas na organização cooperativista do Caldeirão. E estão sendo colocados outros documentos, isto é, a reprodução de fotografias e matérias de jornal que focalizam o período da invasão.

Todos esses objetos não são somente indícios sobre o modo de vida da comunidade, mas também dos modos pelos quais as elites tratam os movimentos populares, estabelecendo políticas da memória que pretendem perpetuar certo monopólio de sentido sobre o passado, criando legitimidade para atos e omissões. Falar sobre as muitas memórias do Caldeirão significa penetrar em campo minado, acontecimento comum em qualquer empreitada que coloca a interpretação histórica diante da memória. Afinal, o passado não é simplesmente aquilo que passou, e sim um saber que se faz nas

disputas de posições conflitantes e interessadas em criar certas legitimidades no presente e a partir do presente, compondo seleções que pretendem seduzir o futuro. E como se sabe, a sedução sempre usa artifícios inconfessáveis, insondáveis até mesmo para o próprio sedutor.

## Notas

\* Doutor em História Social (PUC-SP), Professor do Departamento de História (UFC), Diretor do Museu do Ceará.

<sup>1</sup> Como ressalta Ulpiano Bezerra de Meneses, os artefatos estão permanentemente sujeitos a mudanças de sentido: “[...] os objetos materiais têm uma trajetória, uma biografia. [...] para traçar e explicar as biografias dos objetos é necessário examiná-los ‘em situação’, nas diversas modalidades e efeitos das apropriações de que foram parte. Não se trata de recompor um cenário material, mas de entender os artefatos na interação social” (MENESES, 1998).

## Referências Bibliográficas

HOLANDA, Cristina Rodrigues. **Museu Histórico do Ceará: a memória dos objetos na construção da história (1932-1942)**. Fortaleza: Museu do Ceará / Secretaria da Cultura do Estado do Ceará, 2005.

LE GOFF, Jacques. Documento/Monumento. **História e memória**. Campinas: Ed. Unicamp, 1992.

MELLO, Thiago de. **Poemas preferidos pelo autor e seus leitores**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2001.

MENESES, Ulpiano Bezerra de. Memória e cultura material: documentos pessoais no espaço público”. **Revista Estudos Históricos**. V.11, n.21 Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1998.

NOBRE, Geraldo da Silva. **Para a história cultural do Ceará– o conselho estadual de cultura (1966-1976)**. Fortaleza: Editora Henriqueta Galeno, 1979.

SOBREIRA, Azarias. **O patriarca de Juazeiro**. Petrópolis: Oficinas Gráficas da Editora Vozes, 1969.

THOMSON, Alistair. Reconstituo a Memória: questões sobre a relação entre a história oral e as memórias. **Projeto História**, nº 15. São Paulo, Educ.

VALENSI, Lucete. **As fábulas da memória**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1994.

RAMOS, Francisco Régis Lopes. **Caldeirão: um estudo histórico sobre o beato José Lourenço e suas comunidades**. Fortaleza: Editora da Universidade Estadual do Ceará, 1991.

### **Abstract**

This paper studies the variety of memories about Caldeirão, focusing some oral testimonies and the course of objects which were removed from that community and are placed nowadays in Museu do Ceará. It also discusses the relations among memory constructions and ways which turn time into a meaningful experience.

**Keywords:** memory, museum, object, orality.